



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PORTARIA Nº 3815/2017
DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017**

Designa Membro do Ministério Público.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990, e

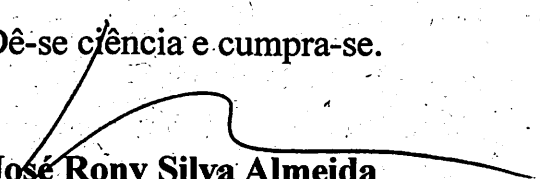
CONSIDERANDO o teor da Portaria CNMP-CN nº 146/2015, datada de 12 de novembro de 2015, da lavra do Corregedor Nacional do Ministério Público, Doutor **CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO**, que requisita o Promotor de Justiça **RAFAEL SCHWEZ KURKOWSKI**, titular da Promotoria de Justiça de Aquidabã, para exercer, a partir de 01 de dezembro de 2015, a função de Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Promotor de Justiça Substituto **WALTENBERG LIMA DE SÁ** para responder, no período de 01/11/2017 a 06/01/2018, pela Promotoria de Justiça de Aquidabã.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01/11/2017.

Dê-se ciência e cumpra-se.


José Rony Silva Almeida
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

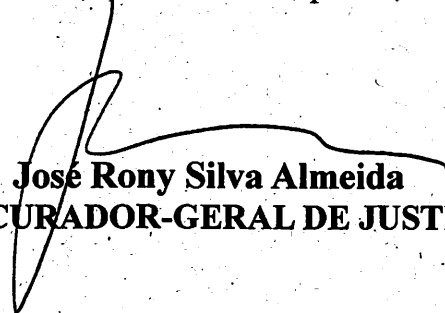
designação, sem prejuízo de suas atribuições originárias, na Comissão da Infância e Adolescência no Conselho Nacional do Ministério Público, conforme Portaria n.º 134/2017, de 23 de outubro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Promotora de Justiça **MAURA SILVA AQUINO** para, sem afastamento de suas atribuições originárias, responder, no período de 07 a 10/11/2017, pela 27ª Zona Eleitoral.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se.


José Rony Silva Almeida
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA Nº 3811/2017
DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017**

Designa Promotor de Justiça.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990, e

CONSIDERANDO que o Procurador-Geral de Justiça possui atribuição administrativa para indicar ao Procurador Regional Eleitoral membros do Ministério Público, nos afastamentos ou impedimentos dos Promotores de Justiça;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta n.º 01/2015, datada de 24 de abril de 2015, que estabelece critérios objetivos para o exercício da função eleitoral por parte dos Promotores de Justiça;

CONSIDERANDO que o Promotor de Justiça **DEIJANIRO JONAS FILHO** exerce a função eleitoral, no biênio compreendido entre 17/05/2016 e 16/05/2018, na 27ª Zona Eleitoral, conforme Tabela de Antiquidade, Anexo II, atualizada em 16 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO que o teor do Ofício Ged n.º 20.27.0113.0000002/2017-50, datado de 01/11/2017, da lavra do Promotor de Justiça **DEIJANIRO JONAS FILHO** onde informa seu afastamento em razão de sua